

Publicação: 21/10/2025



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

LEI N° 6.208, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, imóvel pertencente ao estado de Rondônia ao município de Santa Luzia d'Oeste e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, mediante doação, ao município de Santa Luzia d'Oeste, imóvel constituído por terreno e edificação, localizado na Rua Valdebeto José de Oliveira, n° 2000, Bairro Saúde, Lote n° 390, quadra 14, setor 03, no município de Santa Luzia d'Oeste.

Parágrafo único. O imóvel que trata o *caput* encontra-se inscrito no Único Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Luzia d'Oeste, sob a matrícula nº 2864, perfazendo uma área total de 8.688,00 m² (oito mil e seiscentos e oitenta e oito metros quadrados).

- Art. 2° Fica autorizada a desafetação do imóvel constituído por terreno e edificação.
- Art. 3° A doação será efetuada sob a condição de o referido bem ser utilizado, exclusivamente, para sediar escola da rede de ensino municipal da cidade de Santa Luzia d'Oeste, não podendo ser transferido a terceiros com outra destinação, nem ser vendido, tampouco ter sua finalidade desviada, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado, independentemente de interpelação judicial.
- Art. 4° Ao donatário compete adotar as medidas necessárias juntamente à Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária Sepat e Procuradoria-Geral do Estado PGE para firmar a Escritura Pública de Doação e, após, promover o respectivo registro no Cartório de Imóveis.
 - Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 20 de outubro de 2025; 204° da Independência e 137° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos**, **Governador**, em 21/10/2025, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>portal do SEI</u>, informando o código verificador **0065254915** e o código CRC **AAD4C9A5**.

Referência: Caso responda esta Lei, indicar expressamente o Processo nº 0029.017341/2023-09

SEI nº 0065254915